

Desafios contemporâneos da extensão universitária nas IEs brasileiras

Contemporary challenges of university
extension in Brazilian IEs

Desafíos contemporâneos de la
extensión universitaria en las IE
brasileñas

Enviado em: 05/03/2024
Aceito em: 18/04/2024
DOI: 10.46952/rebej.v13i31.1229



Sandra de Deus

sandra.deus@ufrgs.br

Doutora em Comunicação e Informação
pela Universidade Federal do Rio Grande
do Sul

Marluce Zacariotti

marluce@mail.uft.edu.br

Doutora em Educação pela Pontifícia
Universidade Católica de Goiás

RESUMO

A pandemia impôs a todos um período forçado de recolhimento. Na educação superior vimos agravados quadros como a desigualdade tecnológica e o despreparo de estudantes e docentes para viver este período virtual e de anormalidade. Na extensão universitária, particularmente, nos encontramos entre o “fazer virtual e a necessidade de presencialidade” e vimos crescer a assistência. Nos cursos de jornalismo este período foi marcado por uma angústia ainda maior que envolveu tecnologia, falta de olho no olho e uma certa acomodação, talvez fruto da perplexidade que atingiu a todos. Como pano de fundo destes longos dias de distanciamento estão as mudanças verificadas nos preceitos legais incluindo PNE 2014-2024 e a Resolução 07, de dezembro de 2018, a dificuldade para inovar os currículos pois exige um olhar alargado, a compreensão da extensão universitária que ainda enfrenta estranhamentos e muitas tensões provocadas pela indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

PALAVRAS-CHAVE

Extensão. Curricularização. Micropoderes. Comunidade.

ABSTRACT

The pandemic imposed a forced period of isolation on everyone. In higher education we have seen worsening situations such as technological inequality and the unpreparedness of students and teachers to live in this virtual and abnormal period. In university extension, particularly, we find ourselves between “virtual work and the need for in-person” and we have seen assistance grow. In journalism courses, this period was marked by even greater anguish that involved technology, lack of eye contact and a certain accommodation, perhaps the result of the perplexity that affected everyone. As a backdrop to these long days of distancing, are the changes seen in legal precepts including PNE 2014-2024 and Resolution 7, from December 2018, the difficulty in innovating curricula as it requires a broader view, the understanding of university extension that still faces estrangements and many tensions caused by the inseparability of teaching, research and extension.

KEYWORDS

Extension. Curricularization. Micropowers. Community.

RESUMEN

La pandemia impuso a todos un período de aislamiento forzoso. En la educación superior hemos visto un empeoramiento de situaciones como la desigualdad tecnológica y la falta de preparación de estudiantes y profesores para vivir en este período virtual y anormal. En extensión universitaria, particularmente, nos encontramos entre “el trabajo virtual y la necesidad del presencial” y hemos visto crecer la asistencia. En los cursos de periodismo, este período estuvo marcado por una angustia aún mayor que involucraba la tecnología, la falta de contacto visual y una cierta acomodación, quizás resultado de la perplejidad que afectaba a todos. Como telón de fondo de estos largos días de distanciamiento están los cambios que se observan en los preceptos legales, entre ellos el PNE 2014-2024 y la Resolución 07, de diciembre de 2018, la dificultad para innovar los planes de estudio ya que requiere una mirada más amplia, la comprensión de la extensión universitaria que aún enfrenta extrañezas y muchas tensiones causadas por la inseparabilidad de la enseñanza, la investigación y la extensión.

PALABRAS CLAVE

Extensión. Curricularización. Micropoderes. Comunidad

1 INTRODUÇÃO

Nós devemos antever a universidade como um lugar central para a luta revolucionária, um lugar onde podemos trabalhar para educar a consciência crítica, onde podemos ter uma pedagogia libertadora (Hooks, 2019, p. 79)

Pensar a extensão universitária no pós pandemia é uma tarefa que exige, sobretudo, um olhar generoso e crítico sobre a relação universidade/sociedade. Retomar a formação em jornalismo em outro patamar nos coloca frente a um desafio para o qual nos vemos despreparados, apertados pelo tempo e desmotivados. Mas é, também, o momento de abandonar práticas simplesmente tecnicistas e saudar a possibilidade de mudanças que todos os professores de jornalismo sempre desejaram. O debate sobre a curricularização da extensão universitária se acelera a partir do PNE 2014-2024, particularmente no previsto na Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.

E na Estratégia 12.7 que assegura, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. Entre 2014 e 2018 diferentes instituições de educação superior, especialmente públicas, promoveram debates e iniciaram processos com o objetivo e implementar a curricularização da extensão com base em programas e projetos em áreas de grande pertinência social. A Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ) colocou este tema nos encontros de coordenadores de curso e em muitos dos debates realizados no período. Ressalta-se que jornalista vive de *deadline* e tudo ficou para o fechamento do prazo quando, quase, não era mais possível sonhar com os currículos desejados mas atender as resoluções.

No final do ano de 2018 a Resolução nº 7, de 18 de dezembro, estabeleceu as “Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. E que em seus artigos retira a demanda por projetos e programas em áreas de pertinência social conforme:

Art. 2º - As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios.

Art. 4º - As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

Art. 7º - São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias.

Desafios contemporâneos da extensão universitária nas IEs brasileiras

Art. 8º - As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços.

Estava, portanto, configurado, do ponto de vista legal, um novo cenário, que novamente foi alterado no final de 2020, em função da pandemia. No início do ano de 2020, quando, por conta da grave crise sanitária, as atividades foram suspensas em vários setores, entre estes, nas universidades foi a extensão universitária que com vigor e rapidez se apresentou para manter vivo o fazer universitário. A caminhada não foi sem traumas, mas marcada por muitos questionamentos e dificuldades que beiravam o assistencialismo e aumentavam a necessidade de compreender o papel formativo da extensão universitária, cujo foco é a formação do estudante, o compromisso social e o diálogo com os demais setores da sociedade não importa se o movimento social ou o chamado “setor produtivo”. Diante do cenário novo e assustador que se configurou, com a inserção de créditos de extensão em todos os cursos de graduação, entre estes, é evidente que o curso de jornalismo voltou a ser ponto de muitos encontros, conferências e reuniões de gestores da extensão e de professores jornalistas buscando amparo para a angústia e tentando evitar o pior, ou seja, transformar o que deveria ser uma revolução do ensino de jornalismo em um mero arranjo de divulgação das práticas de ensino ou uma atividade invasora que convoca os sujeitos para informar o que foi feito com os depoimentos ora coletados para o exercício dentro da sala de aula.

2 DESENVOLVIMENTO

Como parte estruturante destes questionamentos, desta nova realidade, estão olhares sobre uma sociedade heterogênea e desigual, especialmente no que se refere a raça, gênero e classe. Negros, pobres, indígenas e mulheres ainda aparecem na parte inferior de toda e qualquer escala que fomos adotar; mulheres e homens do campo, que lutam organizadamente, são vistos como parte de movimentos radicais que devem ser criminalizados e que, portanto, devem ser silenciados, se estiverem nas universidades devem ser como coadjuvantes; os pobres, grande maioria de nosso país, continuam marginalizados no que se refere ao acesso à educação, saúde e políticas públicas efetivas e muitas vezes estão em nossas pautas como estatísticas; cresce o número de pessoas, desamparadas de todo e qualquer programa social, tentando sobreviver nas ruas; os negros e os indígenas, povos originários, são ainda objeto de estudos e não sujeitos da história. Todo o projeto ou programa de extensão que desejarmos viabilizar deve ter um olhar atento para esta realidade sob pena de se distanciar dos princípios e diretrizes da extensão universitária, o que, aliás, vamos admitir que muitas vezes nem conhecemos porque ao longo dos tempos fomos confundindo prática de ensino, divulgação, assistência, prestação de serviço com extensão universitária. O que não é pesquisa e nem sala de aula vai para a conta da extensão. Não temos culpa! Fomos conduzidos a esta situação pelas exigências produtivas cobradas pelos órgãos fomentadores da educação superior.

Importante considerar que as universidades possuem um destacado papel em sociedades como a nossa, onde impera a diversidade e que, por esta razão, temos que estar atentos para que estas instituições não se configurem em um espaço que faz crescer a desigualdade, que investe nas ações individuais sem atentar para o coletivo o que agrava o desrespeito aos direitos humanos. A formação em jornalismo tem um compromisso com a realidade do País que precisamos estar atentos para não apenas reproduzir sem questionar. Porém, ligamos no automático e seguimos como se estivéssemos avançando quando estamos apenas conservando.

Atualmente, mesmo com as políticas de ações afirmativas na educação superior, a implantação em algumas instituições da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), percebe-se que uma ampla parcela da sociedade ainda não se sente representada neste lugar como docente, não-docente ou mesmo estudante, os currículos não refletem os conhecimentos advindos destes novos sujeitos e, quando tratamos, exclusivamente, da extensão universitária, é urgente compreender que os diferentes movimentos, setores ou coletivos só estarão representados se desde o início de qualquer processo contar com espaço de diálogo, capaz de influir no planejamento da ação, interagir com o projeto, com o território. Muitas vezes, no caso do jornalismo, entendemos que estamos fazendo uma atividade extensionista quando divulgamos em uma comunidade o resultado de nossa prática de ensino ou chamamos a comunidade para ouvir o resultado de nossa apuração. Ações meritórias, mas não extensionistas. A Resolução 07, de dezembro de 2018, também nos conduz a uma, certa, distorção porque como não oferece, de imediato, a possibilidade de ‘cruzar’ princípios e diretrizes, em seu artigo 8º aponta:

As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades: I - programas; II – projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços.

A leitura superficial do artigo, descolada de uma visão de universidade mais comprometida com as comunidades, pode considerar uma simples prestação de serviço em extensão universitária, uma ação formativa que, esta sim, se faz com parcerias críticas, muito trabalho e protagonistas que não são apenas expectadores.

É necessário desenvolver a inquietude dentro da extensão universitária. E, neste aspecto, significa prospectar metodologias participativas que permitam as devolutivas aos envolvidos e avaliações dos participantes. Mas é também promover a mudança nos currículos, incluindo a difícil tarefa de renunciar à “minha disciplina importante” para tornar possível a redistribuição das cargas horárias que liberam espaços para as necessárias alterações e atuação efetiva dos professores jornalistas nas atividades que sempre agradaram realizar, ou seja, estar na rua, se envolver com pessoas. As mudanças propostas, contidas na curricularização da extensão, ou seja, a inserção de créditos de extensão em todos os cursos de graduação, exigem uma construção na base do diálogo, sem as reservas que podem afetar qualquer ato construtivo, e não uma ação fechada de um grupo circunscrito no interior da própria universidade. Não é simplesmente fazer a mudança curricular para dar conta da legislação, como incluir uma nova disciplina que trate de extensão. A proposta é curricularização da extensão, e não “disciplinarização” da extensão, maquiando a prática de ensino. É pensar currículos que representem os novos atores sociais e as mudanças ocorridas na sociedade.

Casanova (2012) aponta sete tensões que auxiliam na compreensão do que ocorre no interior das universidades contemporâneas, dificultando inclusive a implementação da curricularização da extensão.

- a) la tensión entre tradición e innovación (y tensiones entre los sentidos políticos e ideológicos de las propuestas innovadoras);
- b) la tensión entre el incremento de la demanda social por educación superior y la retracción de los apoyos financieros a la universidad;
- c) el retorno resignificado de la tensión entre universidades de docencia o universidades de investigación, o tensión reproducción-creación de conocimiento;

Desafios contemporâneos da extensão universitária nas IEs brasileiras

- d) la tensión entre el modelo de gestión empresarial y las concepciones y lógicas propias de la gestión académica;
- e) la tensión entre el compromiso social de la universidad vinculado al saber y a la formación integral de ciudadanos, y la instrumentalización de la enseñanza universitaria hacia la “producción” de “recursos humanos” o “capital humano”;
- f) las tensiones entre el saber y el gobierno, entre las universidades y los poderes gubernamentales, profundizadas por la diversificación de los modos de intervención del poder gubernamental en las decisiones de política universitaria; y g) vinculado al punto anterior, la tensión entre “la universidad funcional y la universidad sin condición”, “tensión que enfrenta el sentido mismo de la universidad” (Casanova, 2012, pp. 35-40).

Diante de tanto tensionamento, se soma a demora (ou a falta de vontade em alguns casos) que temos para compreender com quem e para quem falamos, por quem produzidos, com quem produzimos, com quem trocamos conhecimento, que é fruto também da estrutura de acomodamento diante de um sistema consolidado e resistente às mudanças. É bem verdade que a extensão universitária se assenta sobre a ideia de compromisso social das universidades em relação ao seu entorno social, político e cultural, o que já gera tensão proposital ou instrumentalizada entre os atos de politizar e partidizar. Também é verdade que este compromisso não pode ser expresso só através da extensão universitária e, permitir que as outras funções da universidade fiquem alheias aos conflitos reais da sociedade, que se refletem no interior das universidades e que devem estar presentes, desde as políticas de acesso, passando pelos currículos e chegando às pesquisas. Tensionamento interno e externo. A disputa interna, encoberta em determinadas situações em nome de um consenso, da amizade, do corporativismo ou do medo, também, acaba sendo maléfica para o surgimento dos novos atores e consolida a manutenção de forças hegemônicas instaladas nas universidades. A cultura institucional dominante torna estas instituições assépticas, por vezes, isoladas e de costas para o seu entorno e para as exigências da nação.

Há, porém, um viés recorrente na formação universitária enquanto local de produção de conhecimento, a visão de que o único conhecimento que tem valor é aquele produzido no interior das instituições de educação superior. Aquele que pode ser ensinado e divulgado para aqueles que usamos muitas vezes como pautas. É esta distorção que afasta os estudantes da extensão onde as atividades são mais complexas e exigem um olhar para o "outro"; reduz os docentes a divulgadores (que não está errado se pensarmos na nossa função de jornalistas e não de docentes). A complexidade é fruto desta presença de um “Outro” não passivo e que tem o que dizer. A resposta está na maneira que a universidade adota para enfrentar os novos desafios provenientes de sua relação com a sociedade e de sua própria constituição, muito particularmente a partir da implantação das ações afirmativas que passam a modificar a realidade dos *campi*. Para que ocorram mudanças são necessárias trocas que fazem surgir o conhecimento, fruto ora do diálogo e ora da disputa, das tensões que envolvem a universidade como parte da sociedade. No ensino de jornalismo, estamos diante de um momento histórico e raro que pode nos permitir realizar sonhos que sempre tivemos em relação a formação, alterando currículos para os novos tempos.

Em praticamente todas as instituições de ensino superior são estruturados programas ou ações extensionistas voltadas para o enfrentamento de desafios, que incluem o apoio a projetos desenvolvidos em pequenas e distantes comunidades, setores excluídos por renda, cultura, gênero ou raça. Em atitudes não paternalistas estes diferentes grupos encontram na universidade, através da extensão universitária, uma forma de inclusão e até de empoderamento.

É preciso ponderar que, ao se distanciar destes compromissos que visam contribuir para a implementação e acompanhamento de políticas públicas, a universidade se encolhe, se fecha entre suas grades invisíveis, seus micropoderes, não permitindo germinar em seu interior sementes capazes de dar flores e frutos. No momento em que observamos mudanças significativas na sociedade brasileira, seja através da exigência por melhor qualidade de vida ou de maior participação no processo de decisão, os reflexos têm que ser sentidos no interior das instituições de educação superior, particularmente, nos cursos de jornalismo na perspectiva democrática e autônoma.

Importante recordar que nas décadas de 60/70 as ideias e as práticas advindas do trabalho de Paulo Freire provocaram mudanças substanciais na relação educação/sociedade. Alguns currículos foram renovados, em áreas específicas do conhecimento como saúde e educação, que passaram a ter maior preocupação com o atendimento contemplado pelas políticas públicas. Foi a educação popular de Paulo Freire que fundamentou uma série de ações extensionistas que, até hoje, são marcas da extensão que fazemos, levando em conta o respeito aos saberes populares, ou seja, de reconhecimento a um saber que está para além da academia. Foi Freire que nos fez pensar sobre extensão ou comunicação. Devemos ser muito críticos e examinar nossas intervenções no ensino de jornalismo falando em Freire sem nunca ter lido uma obra do autor. Assim, a extensão universitária precisa ser compreendida como teoria e prática acadêmica e política que estimula, reconhece e valoriza a troca de conhecimentos.

Na década de 80, a organização dos movimentos sociais gerou tensionamentos na defesa dos seus interesses e, também, a universidade passou a ser questionada especialmente por dois movimentos: MST e Movimento Negro. Em 1984, os trabalhadores rurais realizaram, no Paraná, o 1º Encontro Nacional, quando decidiram criar o MST com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais. Já em relação ao Movimento Negro, nos anos 80 é importante assinalar que, em 1986, foi realizada a Conferência Nacional do Negro, em Brasília, trazendo como proposta tornar crime o preconceito racial e étnico e a titulação de terras de remanescentes de quilombolas. Muitas outras ações importantes, não apontadas aqui, ocorreram na década que foi de redemocratização do País, com grandes mobilizações de rua.

Ainda na década de 80 importante assinalar a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (FORPROEX), organismo que deu um sentido mais institucionalizado para a extensão universitária. A década encerrou com os reflexos da Constituição de 88, onde encontramos o princípio constitucional que diz: “as universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa extensão”.¹ Assim, extensão, ensino e pesquisa constituem as três funções básicas da Universidade, as quais devem ser equivalentes e merecer igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, pois, ao contrário, estarão violando um preceito constitucional. A autonomia ainda é um debate constante, envolve visões políticas diversas e continua como uma das principais disputas no interior e no exterior das instituições.

Um aspecto que deve ser considerado, para que a relação universidade/sociedade seja o mais linear possível, é onde e como encontrar motivações docentes e discentes para atuarem em atividades que não sejam apenas dentro de salas e laboratórios – uma vez que todos estão com muita pressa de cumprir a carga horária exigida –, mas que permita a ampliação destes

¹ Art. 207 da Constituição Brasileira.

espaços. A atuação em programas, projetos, em territórios, é um passo importante para a mudança de perspectiva, para a motivação. Evidente que esta atuação gera deslocamentos, financiamentos e carga horária que deve ser distribuída dentro do total de cada curso. Independente da estrutura rígida dos currículos dos cursos de graduação, a maioria das universidades brasileiras oferece inúmeras atividades de extensão – muitas destas com auxílio financeiro – que possibilitam aos estudantes realizarem aprendizados fora dos currículos do próprio curso (para além das salas e laboratórios) e que dão outro “brilho” para a formação.

Na década de 90, o processo de privatização da educação superior é intensificado e a extensão fica marginalizada nas universidades públicas com poucos recursos. Um período que não avançou nem na institucionalização e muito menos no financiamento. Os anos 2000, no entanto, chegaram com avanços que incluem o acúmulo teórico e político anterior e a valorização interna, com os planos nacional de educação, ações afirmativas e a Resolução 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Estratégia 7² da Meta 12³ do PNE 2014-2024.

A relação universidade/sociedade não pode ser uma junção de duas importantes palavras, um discurso competente e bem elaborado. Exige fortalecimento de parcerias entre os poderes públicos federal, estaduais e municipais, visando a implementação de políticas públicas que integrem as universidades na superação da pobreza e promoção do desenvolvimento sociocultural; requer um exercício profundo de compreensão da realidade do outro, seja esse "outro" a comunidade ou a própria universidade. É complexo, e exige reconhecer essa dificuldade, que é entender o que exatamente um ou outro quer, planeja para o futuro e articula com o presente. As práticas assistencialistas/paternalistas estão enraizadas em nossa sociedade latino-americana, plasmadas nas universidades.

A partir das disposições do PNE, em 2018 o Conselho Nacional de Educação regulamentou a normativa estabelecendo as diretrizes para a extensão universitária, e colocando prazos para o cumprimento, que foram alterados em 24 de dezembro 2020 devido à pandemia, passando a definir, como data para a implementação, dezembro de 2021⁴. As normativas, da maneira que estão inscritas, dão margens para muitas dificuldades, incompreensões e tensionamentos que só fazem aumentar a disputa interna dos micropoderes reconhecidos no interior das instituições.

Na verdade, não dá para normalizar o que não é normal! A presença numa atividade de assistência não pode se configurar como uma atuação extensionista. Extensão é ato formativo, e devemos considerar os princípios destacados na Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012), que são

1. a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País;
2. a Universidade não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve ser sensível a seus problemas e apelos, sejam os expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam

² Estratégia 12.7: “assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (PNE 2014-2024).

³ “Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público” (PNE 2014-2024).

⁴ PROCESSO Nº: 23001.000601/2020-60 CNE, que fixa o prazo de três anos com término em 19 de dezembro de 2021.

Desafios contemporâneos da extensão universitária nas IEs brasileiras

aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão;

3. a Universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil;

4. a ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;

5. a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;

6. a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania (Forproex, 2012, p. 21).

A emergência não pode deletar princípios sob pena de colocar em risco conquistas de um percurso construído como resultado de muitas disputas na área de extensão. É necessário considerar que toda a atividade de extensão se pauta por diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Extensão, que são a interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, impacto na transformação do estudante, impacto e transformação social. Isto nos convoca a pensar sobre a importância de se compreender, inicialmente, o modo como se concretiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio fundamental na constituição da especificidade de instituições de ensino superior. Partimos do pressuposto de que a extensão universitária é uma atividade acadêmica que expressa sua importância na capacidade de imprimir um novo rumo à universidade brasileira, o que traz à luz contribuições significativas acerca de como as mudanças estruturais podem acontecer na sociedade.

A prática extensionista trilha caminhos que extrapolam as suas fronteiras e tensionam o interior de cada uma das universidades, configurando o que em muitos casos gera duas universidades: uma que permanece fechada sobre si mesma e outra que articula com a comunidade, que se movimenta, se cria e se recria todos os dias. Às vezes elas não se reconhecem embora dentro do mesmo espaço físico. Talvez fosse urgente retomar um debate muito bem delineado por Tommasino e Cano (2016), que rememoram conceitos de extensão universitária, inclusive, nos mostram que no jornalismo ainda seguimos a “pegada” difusionista e não crítica. Ainda acreditamos que fazer extensão universitária seja divulgação cultural, divulgação científica e transferência de tecnologia. Tommasino e Cano (2016, p. 8) são diretos sobre a concepção difusionista da extensão.

Dicha concepción, predominante en las diferentes universidades, ha sido sostenida e impulsada fundamentalmente por sectores de docentes universitarios, al abrigo de la relativa vaguedad o generalidad con que se define a la extensión en diferentes leyes, estatutos o resoluciones de documentos de los pro-rectorados o secretarías de extensión. En esta perspectiva no se hace hincapié en el tipo de vínculo que se genera a la hora de la interacción con los diferentes sectores de la sociedad, sino en su finalidad difusionista última.

É neste universo que se colocam os desafios para a extensão universitária praticada nas universidades públicas brasileiras e nas universidades latino-americanas como um todo. Especificamente no ensino de jornalismo, é preciso rever nossas definições de atividade laboratorial, prática de ensino, divulgação, prestação de serviço e assistência.

Um imenso e quase intransponível desafio é a compreensão, por parte de gestores universitários, governantes e até de alguns colegas docentes, de que a extensão universitária não é uma tarefa menor da universidade. Como não é um "fazer enquadrado" através do qual encontramos imediatamente o resultado, a extensão universitária se descola do discurso fácil e das estatísticas, dificultando assim a sua compreensão dentro da visão vertical de universidade. Não é informando os números de quantas pessoas foram atendidas em uma atividade de extensão que se reconhece o impacto da atividade. Por apresentar as mazelas e as riquezas da instituição universitária, cujo capital é a geração de um conhecimento capaz de dar conta do bem viver da sociedade, a extensão universitária impede que se esconda a realidade de que só números não são suficientes para transformar a vida em determinados territórios. Como são muitas as atribuições da extensão universitária, também são muitos os "fazeres" da universidade que são alocados na extensão, embora alguns não tenham nenhum atributo extensionista. Aqui reside um bom debate para separar o que é simples prestação de serviço, que as universidades por competência podem realizar, e o que é extensão universitária que implica em formação, que exige, portanto, a presença de orientadores, outros setores da sociedade e estudantes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todo o acúmulo das produções sobre extensão universitária, percebemos que ainda há necessidade de maior disseminação desses debates, definições e contextualizações acerca de seu potencial e de sua efetivação como uma política para a educação, no que concerne ao incentivo e investimento para sua consecução. Nos cursos de jornalismo, alguns mais outros menos, temos importantes iniciativas que atuam em territórios, que fortalecem parcerias, que seguem princípios e diretrizes. Dessa forma, teríamos melhores condições de compreendermos por quais mecanismos transitam os diferentes saberes, e como isso afeta a própria estrutura acadêmica das universidades, com suas relações de poder e as estratégias estabelecidas pelos diferentes atores desse processo em seu fazer cotidiano para a produção e valorização do conhecimento produzido por eles. Gadotti (2017) faz um alerta:

Diante desse **retrocesso mental e civilizatório** que vivemos, precisamos cada vez mais de debates políticos na universidade. A universidade precisa urgentemente ser protagonista e não ter medo de se expor, de enfrentar as ameaças à democracia. Ao retrocesso devemos responder com a radicalização da democracia. Não será nada fácil. Reconstruir historicamente um projeto de sociedade de iguais, de baixo para cima, nunca foi fácil. E nunca será. Mas, não vejo outro caminho. Não vejo outra saída. (Gadotti, 2017, p. 15)

A sinalização, por outro lado, aponta para a extensão, a definição de novas metodologias de ação e inserção social que visem criar mecanismos de interatividade entre o que se produz na universidade e as necessidades dos diversos segmentos da sociedade, bem como a elaboração de teorias que fundamentem os objetivos a perseguir, a definição de indicadores de aferição das ações realizadas e a criação de instrumentos para a implantação de sistemas de informação e gestão que garantam condições de perenidade das iniciativas. O Grupo de Trabalho Extensão crítica: teorias e práticas na América Latina e Caribe tem apresentado contribuições significativas para se pensar o contexto.

Porém, quando a pergunta é qual é, efetivamente, o papel da extensão, a complexidade aumenta porque é preciso entender claramente a missão da universidade pública brasileira na construção da sociedade e, neste contexto muito particular, o papel da extensão universitária na formação acadêmica, no crescimento de comunidades, na preservação da cultura, e inclusive na manutenção do ente público denominado universidade. A transformação está na gênese das atividades universitárias, especialmente da extensão, que carrega uma visão de mundo construída no contexto acadêmico que transforma e se transforma, reforma e se reforma constantemente. A universidade não pode deixar de ver e nem de ouvir as diferentes demandas da sociedade. Talvez seja possível dizer que a transformação é a essência da extensão. As cinco diretrizes definidas pela Política Nacional de Extensão devem ser apreciadas com clareza para se implementar a curricularização: interação dialógica, indissociabilidade, interprofissionalidade e interdisciplinaridade, impacto na formação do estudante e impacto e transformação.

A **interação dialógica** é a construção solidária consolidada a partir da disputa dos projetos, da escuta do outro que não quer dizer fazer valer uma única fala. É troca de saberes que não é só fazer a escuta, mas apresentar a heterogeneidade dos muitos olhares.

A **indissociabilidade** tem que ser compreendida para além do preceito constitucional, mas como uma prática corrente que entende o ensino, pesquisa e extensão como estrutura formativa da universidade.

A **interdisciplinaridade e interprofissionalidade** implicam na interação de conhecimentos, modelos diferenciados, alargamento do espaço de aula e, sem dúvida, a curricularização da extensão.

O **impacto na formação do estudante** obriga a pensar na formação de sujeitos políticos preparados para contribuírem com a transformação social, reconhecendo as diferenças.

Sobre o **impacto e transformação** se deve perguntar: de quem? Para quem? Qual a aceitação da produção dos coletivos, a diferença entre objetos e sujeitos de pesquisa e a possibilidade de que se possa tratar de cidadania calcada no pluralismo de ideias e não de cidadania incompleta?

A persistência em torno do eixo "transformação social" percorre diferentes territórios e encontros de extensão. Percorre, com certa lentidão, nos Cursos de Jornalismo – onde para não baixar muito a guarda ficamos no plano do difusionismo e não da transformação. Mas para que efetivamente se cumpra, se contribua com a transformação social desejada, a universidade e no caso as escolas de jornalismo, em seu interior, devem admitir que apoiar as diversas ações de extensão que atuam junto aos diferentes movimentos sociais e culturais é compromisso institucional e parte do fazer acadêmico, ou seja, da formação dos futuros profissionais. Sem dúvidas, que na atual estruturação da universidade brasileira, a extensão universitária tem um papel central para transformá-la e oxigenar o seu interior, mantendo a universidade em diálogo permanente com a sociedade e contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural, a redução das diferenças com a inclusão de pessoas e setores, a recuperação da dignidade de homens e mulheres marginalizados por diferentes razões, a preservação dos direitos humanos e o aperfeiçoamento democrático.

Por fim, é prudente apontar alternativas e quais os desafios que devemos enfrentar exatamente para somar fazeres, saberes e avanços já alcançados. Resistir aos retrocessos que nos rondam e, assim, implementar a curricularização é um desafio de primeira ordem. Como alternativa, é “apertar e segurar” a mesma tecla de que o conhecimento deve ser compartilhado, todos os segmentos sociais devem ser envolvidos e que a inserção de créditos de extensão em todos os cursos de graduação significa uma reestruturação, uma reforma curricular consistente. A possibilidade de o estudante desenvolver atividade de extensão dentro da carga horária do curso é a mais efetiva, mudança que oferece encanto e engajamento aos estudantes e contribui com a formação de profissionais para os tempos complexos.

Gadotti (2017) afirma que os desafios a serem enfrentados

no cumprimento do PNE situam-se no campo da superação de uma visão academicista da universidade, para que ela consiga sair de seus muros, integrando, interdisciplinarmente, os saberes das comunidades. Nesse contexto, a discussão do currículo que queremos é fundamental... A **curricularização** da extensão faz parte, de um lado, da **indissociabilidade** do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e, de outro, da necessária **conexão** da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa. (Gadotti, 2017, p. 4)

Estes desafios, no caso do ensino de jornalismo, estão na desmobilização que atingiu os professores, na falta de perspectivas, no fim de um período de ilusões, em outras possibilidades que não são mais a formação de jornalistas, o envelhecimento de nossos olhares, o preconceito enraizado em cada um de nós, nos enfrentamentos no interior e no exterior da universidade, na gestão, na incompreensão do papel formativo da extensão, na necessidade de recursos financeiros para garantir a presença nos projetos e programas, novos equipamentos, no acomodamento do pensar a presencialidade dentro de um novo modo de viver do mundo, somado aos tensionamentos políticos impostos, inclusive, pela chegada de novos atores dispostos a garantir espaços já conquistados.

REFERÊNCIAS

- AROCENA, Rodrigo. Curricularización de la extensión: por qué, cuál, como? In: AROCENA, Rodrigo e outros. **Integralidad: tensiones y perspectivas**. Cuadernos de Extensión nº 1. Comisión Sectorial de Extensión y Actividades em el Medio. Udelar. Montevideo. 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 6.495, DE 30 DE JUNHO DE 2008**. Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Legislação Federal e Marginalia, 2014.
- BRASIL. **Resolução 07 de dezembro de 2018**.
- CASAOVA, Hugo. **El gobierno de la Universidad en España**. La Coruña: Netbiblos, 2012
- DE DEUS, Sandra F. B.; IUCCI, Cecilia. **Caminhos da integração das universidades brasileiras e latino-americanas**. Revista de Extension Universitaria E+, v. 7, p. 98-103, 2017.
- DE DEUS, Sandra F. B.; HENRIQUES, Regina Lucia Monteiro. A Universidade brasileira e sua inserção social. In: Tommasino, H.; Castro, J. (Org.). **Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe**. La Pampa: EdUNLPam, 2017, v. 01, p. 77-91.
- DE DEUS, Sandra F. B. Extensão Universitária: sua contribuição para formação acadêmica e pessoal de estudante de graduação. In: GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Giselle Sá. (Org.). **Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária**. Curitiba: Editora CRV, 2016, v. 1, p. 77-91.
- DE DEUS, Sandra F. B. Impacto e Transformação social: o papel da Extensão Universitária. In: GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Giselle Sá. (Org.). **Princípios da Extensão Universitária: contribuição para uma discussão necessária**. Curitiba: Editora CRV, 2016, v. 1, p. 93-107.

Desafios contemporâneos da extensão universitária nas IEs brasileiras

DE DEUS, Sandra F. B. **Extensão universitária e cidadania: desconstruindo para construir.** Revista E+, v. 02, p. 28-32, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017.

HOOKS, bell. **Erguer a voz, pensar como feminista.** São Paulo: Elefante, 2019.

MENÉNDEZ, Gustavo et al. **Integración, docência y extensión: outra forma de enseñar y de aprender.** UNL 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa.; FILHO, Naomar de Almeida. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova.** Coimbra, 2008.

TOMMASINO, Humberto e CANO, Agustin. **Modelos de extensión universitária en las universidades latinoamericanas en El siglo XXI: tendencias y controversias.** Montevidéo, 2016.